

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT01.094

SABERES, VIVÊNCIAS E INCLUSÃO: A DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA E O RELATO DE UMA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN

MÔNGOLLA KEYLA FREITAS DE ABREU

Professora da Secretaria de Educação do Estado do Ceará; Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA, mongolla.abreu@gmail.com;

MOLINY KÉSSYA FREITAS DE ABREU

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), moliny.abreu@gmail.com;

RAINY GOMES DA SILVA

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), rainy.gomes@aluno.uece.br;

AUREA LUCIA CRUZ DOS SANTOS

Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI); Doutora em Educação e Inclusão Social pela Universidade de Alcalá-Espanha (UAH), reconhecida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aurea.cruz@uece.br

RESUMO

O sistema educacional vem se construindo na busca por uma práxis educativa na perspectiva da equidade. Contudo, ainda é recente a inclusão da pessoa com deficiência em cursos de graduação, e como consequência, sua inserção no mercado de trabalho. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo, compartilhar os saberes, vivências e inclusão na disciplina de estágio supervisionado, realizado por uma dupla de estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará no decorrer das atividades desta etapa curricular, das quais uma tem Síndrome de Down, e a outra não possui necessidades específicas, contudo, se faz constante motivadora e acompanha os caminhos percorridos de mãos dadas com a primeira estudante. Este relato de experiência consiste em um diálogo entre as estudantes, familiares e a professora universitária a respeito das temáticas centrais deste estudo: formação

docente, estágio supervisionado e inclusão da pessoa com deficiência. A inclusão da pessoa com deficiência, ainda precisa de avanços significativos, especialmente no que se refere ao modo de produção esperado pela sociedade vigente e ao capacitismo recorrente, contudo, o melhor caminho para avançarmos é inserindo e incluindo a pessoa com deficiência nestes espaços. A presença da pessoa com deficiência, Síndrome de Down, nos espaços educativos do estágio supervisionado na educação infantil oportunizou o (re)conhecimento da sua capacidade de contribuir nestes espaços e nos processos educativos. Além disso, houve o avanço das estudantes no que se refere a autonomia, empoderamento, protagonismo e sentimento de pertença ao mercado de trabalho, percebendo-se por exemplo, capazes de elaborar e conduzir atividades de cunho pedagógico. E por fim, a reflexão sobre a formação docente é importante acontecer no caminho de todo futuro professor, porém, a pessoa com deficiência precisa partilhar cada vez mais, afinal a sociedade ainda apresenta moldes capacitistas.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia, Educação Infantil, Inclusão, Pessoa com Deficiência, UECE.

INTRODUÇÃO

Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) no contexto atual ainda é uma luta de resistência e aprendizagem, fundamentada na desconstrução de um capacitismo que requer constante vigilância e investimentos de uma sociedade contemporânea, visto que ainda precisamos desmistificar a ideia de produtividade para atender uma sociedade capitalista e excludente. Diante disso, o olhar educacional necessita abandonar o vício e os rótulos da inclusão e oportunizar a inclusão como um percurso natural de ensino (BOTELHO, 2019).

A inclusão educacional de Pessoas com Deficiência tem sido incentivada por meio da legislação, para que assim possamos assegurar o direito a oportunidades deste público (CIRÍACO, 2020). Temos como destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, a qual incorpora a perspectiva abordada na Declaração de Salamanca e cita a necessidade de garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino.

Contudo, apesar do acesso das PcD no ensino superior estar legalmente regulamentado, ainda é necessária uma inclusão efetiva no que se refere às Instituições de Ensino Superior (IES). Pois não se trata apenas do ingresso, mas é fundamental que existam estruturas físicas adequadas, recursos materiais disponíveis e acessíveis que garantam a permanência destes estudantes no ambiente universitário (MARTINS; SILVA, 2016).

O núcleo de acessibilidade é uma política que vem sendo disseminada em instituições de ensino, de forma mais recente em instituições de ensino superior. A Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Iguatu, Ceará, apresenta este núcleo de acessibilidade para os estudantes da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), disponibilizando intérpretes, mediadores, comumente conhecidos como monitores, audiodescriptores, e contribuindo com a garantia do acesso e permanência dos estudantes com deficiência nesta instituição.

Assim, o presente relato tem como objetivo, compartilhar os saberes e vivências de uma estudante com Síndrome de Down ao longo do curso de Licenciatura em Pedagogia da FECLI na perspectiva da educação inclusiva no ensino superior, especialmente na disciplina de estágio supervisionado. Este estudo é relevante, uma vez que traz no conteúdo aqui partilhado atividades curriculares e o recorte de uma etapa da formação pessoal e acadêmica de uma pessoa com Síndrome de Down,

que certamente desperta reflexões sobre o que foi construído até aqui e o que ainda precisa ser construído em instituições de ensino superior do Brasil e do mundo.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um relato de experiência resultante da vida acadêmica de uma estudante do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, da Universidade Estadual do Ceará, especialmente na disciplina de estágio supervisionado. O trabalho tem como ênfase abordar o relato sob a perspectiva da inclusão da PcD em um curso superior voltado para a formação de professores, uma vez que uma das autoras deste estudo tem Síndrome de Down, e é protagonista deste estudo.

Nas Instituições de Ensino Superior, o relato de experiência é bem representado através de estudos publicados por discentes e docentes em todos os pilares: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, as ações curriculares, especialmente os estágios, representam vivências edificantes para a formação humana, acadêmica e profissional (FLORES *et al.*, 2019).

Diante disso, o relato será desenvolvido a partir das vivências de uma universitária com Síndrome de Down, sua amiga e companheira de estágio, bem como pelas reflexões construídas juntamente à uma professora, responsável pelo estágio supervisionado desenvolvido no curso em questão e a irmã da protagonista deste trabalho. Além disso, o relato dialoga com diversas bibliografias que tratam das temáticas centrais deste estudo: formação docente, estágio supervisionado e inclusão da Pessoa com Deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão educacional da Pessoa com Deficiência vem avançando, mas ainda temos muito a (re)construir. Sobre esses avanços, vamos iniciar nossas reflexões sobre o acesso e permanência da PcD no ensino superior a partir do reconhecimento das legislações brasileiras que regulamentam esses direitos e nos dá suporte legal para vivermos os momentos atuais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) orienta os sistemas de ensino sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência, garantindo o acesso, participação, aprendizado e continuidade nos níveis mais

elevados do ensino regular (BRASIL, 2008). Além desta, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015, destaca que para a garantia deste acesso as instituições de ensino devem promover condições de igualdade para que as PcD alcancem a inclusão social e a cidadania plena (BRASIL, 2015). E em 2016, a Lei nº.13.409 garante o direito da Pessoa com Deficiência no ensino superior, definindo as cotas em universidades federais (BRASIL, 2016).

Diante desse contexto legal, a estudante Moliny, autora deste estudo e protagonista deste relato, teve acesso à universidade pública através da lei de cotas. A estudante concluiu o ensino médio em 2018, e participou da seleção para o curso técnico em nutrição e dietética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Iguatu. Sendo aprovada a partir de uma etapa de avaliação do currículo, e iniciando este curso em 2019. Logo em seguida, foi aprovada no vestibular para cursar Pedagogia na UECE-FECLI, deixando o curso técnico já iniciado e dedicando-se apenas ao curso de ensino superior. Além disso, a estudante participou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no final de 2018, obtendo resultados para ingressar no curso de licenciatura em Geografia do IFCE, campus Iguatu. Porém, este curso não era objetivo da estudante em questão.

Ingressar na universidade, foi uma construção resultante de todo um percurso desde a educação infantil, especialmente pela presença da família nos ambientes escolares, participando das construções pessoais e coletivas no que diz respeito a inclusão escolar. Nesta representação, merece destaque a mãe da Moliny, uma mulher que sempre dedicou-se a trabalhos autônomos para assim poder acompanhar a vida escolar das suas três filhas, sendo Moliny a filha mais nova. A mãe em questão, dentre os seus trabalhos, dedicou-se durante muitos anos à profissão de professora domiciliar para reforço escolar, sendo este um ponto relevante para o desenvolvimento da Moliny, especialmente ao processo de alfabetização e letramento, que ocorreu conforme o período esperado para crianças em fase de alfabetização.

Segundo Botelho (2019), a família deve ser o elo entre o estudante e a instituição educativa, contribuindo com docentes e profissionais de educação, para o desenvolvimento do estudante em sua aprendizagem de conteúdos curriculares, bem como para o desenvolvimento integral deste sujeito. Destaca-se ainda a necessidade do apoio da turma e da socialização no ambiente escolar e fora deste.

A educação inclusiva apresenta um modelo de ensino baseado na diversidade, com base na característica humana, isto é, no desígnio de que a aprendizagem da

cada pessoa é singular (ANTUN, 2017). Esta percepção foi caminho para o desenvolvimento pessoal e estudantil de Moliny, desde o momento em que sobretudo os seus pais, entenderam suas particularidades, respeitando seus limites e potencializando suas habilidades e competências. Destacamos ainda que Moliny nasceu em uma família que já tinha duas filhas adolescentes, que não apresentavam deficiência.

Vale ressaltar que, apesar do acesso e do número de matrículas de estudantes com deficiência tenham aumentado na educação básica, precisamos lembrar que a jornada escolar não é fácil para esses alunos, uma vez que as escolas ainda não conseguem garantir as adaptações necessárias para a plena inclusão, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PASIAN *et al.*, 2017).

Neste caminho da educação básica, a estudante está na rede pública de ensino desde a 3ª série do ensino fundamental, contando desde então, com o apoio de monitores (mediadores) que ajudavam na mobilidade e segurança em diversos momentos ao longo do turno escolar. A estudante não frequentava a escola no contraturno para participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois a mesma era acompanhada em suas atividades por sua mãe.

Chegar na universidade é desafiante para todos os estudantes, que mudam do espaço da educação básica, que permite uma dependência em relação aos professores e gestores, e seguem para um espaço de mais autonomia, a universidade. Contudo, ao tratarmos da inclusão das Pessoas com Deficiência na educação superior, é preciso garantir o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Assim, para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes (BRASIL, 2013). Neste sentido, compreendemos a importância dos núcleos de acessibilidade nas universidades.

Além disso, Madruga (2019) identifica a possibilidade de que os núcleos de acessibilidade não precisam restringir-se apenas ao público alvo da educação especial, adicionando o atendimento a estudantes com questões emocionais, déficits cognitivos, lacunas na aprendizagem, dentre outros, ampliando assim o atendimento para estudantes que apresentam transtornos de aprendizagem e/ou transtornos mentais.

A acolhida da estudante no curso de Pedagogia da FECLI envolveu a compreensão do colegiado sobre as necessidades educacionais específicas da estudante, bem como a presença da família na construção de um espaço efetivamente inclusivo a partir da leitura de quem conhece as particularidades da estudante.

A partir disso, tratamos assim da acessibilidade ao ambiente educativo, neste momento destacando o ensino superior. A acessibilidade pedagógica em relação à educação inclusiva, direito garantido por lei, vai para além do acesso ao mesmo espaço físico que os demais sujeitos sociais. Compreendendo que cada sujeito tem sua necessidade específica e que esta deve ser respeitada, não há uma receita de bolo que garanta o sucesso de todos, mas podemos entender que esta importância inicia na abertura da comunicação entre o estudante e seus familiares e a instituição de ensino (BOTELHO, 2019).

Moliny, estudante em questão, sempre teve seu protagonismo e empoderamento em constante aprimoramento, destacando-se a princípio na escola e na universidade por suas decisões para participar de momentos de fala. A estudante participou de momentos de rodas de conversa e partilhas na escola, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ) do município, e até mesmo na FECLI, quando ainda era estudante do ensino médio. Ao ingressar no ensino superior, contou com o apoio de colegas que a conheciam desde o ensino médio, dentre elas, a estudante Rainy, autora deste estudo, ex-colega de ensino médio, e agora colega e constante companheira de trabalhos na universidade, pois pertencem a mesma turma do curso de Pedagogia da FECLI.

Muitos estudantes da FECLI, seja da Pedagogia ou dos demais cursos, ao estarem em contato com a Moliny em algumas disciplinas, bem como com outros estudantes com deficiência, certamente despertam olhares para entendê-los em suas particularidades e conseqüentemente esperamos que nestes momentos, estejam em processos de rompimento das barreiras atitudinais.

Figura 01. Apresentação de um trabalho na disciplina de Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza.



A Figura 01 retrata a atividade desenvolvida em uma disciplina curricular, mostrando a apresentação de fantoches da equipe em que Moliny fez parte. Destacamos a presença de Moliny, com o fantoche na cor verde, e da Rainy, com o fantoche na cor vermelho e branco. Os demais estudantes foram companheiros de diversos trabalhos, construindo uma rede de apoio e parceria para o desenvolvimento de todos.

Outros sujeitos que merecem ser citados neste trabalho colaborativo, são os professores formadores do curso de Pedagogia da FECLI e demais profissionais da universidade, tais como o setor administrativo. Muitos talvez não conheçam sobre ensinar e conviver em um espaço formativo com uma pessoa com Síndrome de Down, mas em sua maioria, fizeram-se atentos às necessidades da estudante. É fundamental a mudança da cultura institucional das universidades, na perspectiva de ser parte da formação docente inicial e continuada a temática inclusão no ensino superior na perspectiva do Atendimento Educacional Especializado, não somente para professores, mas para os demais profissionais da educação (MADRUGA, 2019; MARTINS; SILVA, 2016).

A vida estudantil tem desafios, e não foi diferente para Moliny, pois a mesma iniciou o curso de forma bem participativa, mas teve após um ano de curso, o período da pandemia da Covid-19, período em que todas as atividades tornaram-se

remotas até meados do ano 2021. Neste período, a estudante passou a ser voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o que a possibilitou manter o contato social, pois viveu o período da pandemia em intenso isolamento social.

O PIBID foi um passo crucial para o desenvolvimento de habilidades com as tecnologias, especialmente o uso do drive, classroom, google meet, bem como para a produção e leitura de textos científicos.

Nota-se a contribuição do PIBID para a formação docente de Moliny, especialmente a partir de seus relatos no diário de formação do estágio supervisionado do ensino fundamental, como podemos notar a seguir: A história vai ser diferente um pouco, as crianças estão motivadas para ouvirem a história da raposa e agora do chapeuzinho vermelho, todo mundo animado para escutar a musiquinha das historinhas. O chapeuzinho vermelho é baseado na história que eu contava no tempo do PIBID, foi realizada a atividade para as crianças fazerem naquela época. Agora no estágio teve o mesmo acontecimento com os alunos do 1º ano do ensino fundamental I, ouvindo a mesma historinha que eu contava antigamente como PIBIDIANA.

Logo, podemos afirmar que estas práticas do PIBID foram fundamentais para o período mais esperado no curso de Pedagogia, o estágio supervisionado.

No segundo semestre de 2022, teve início o estágio em gestão em uma creche no município de Iguatu. Neste estágio, a Moliny conseguiu superar algumas questões emocionais pós pandemia, além de ter exercitado sua autonomia e construção da identidade de futura pedagoga. Este estágio foi desenvolvido juntamente com a Rainy, as duas puderam conhecer de perto o funcionamento da creche e aproximarem-se do chão da escola. O primeiro estágio foi desenvolvido em uma creche perto da residência da estudante, na qual tinha alguns profissionais que já conheciam a estudante do ensino fundamental. Este fato trazia segurança para o melhor reconhecimento do espaço pela estudante e sua colega de estágio.

O estágio na educação infantil foi desenvolvido em outra escola, com a parceria de duas colegas do curso de Pedagogia, formando agora um trio para o estágio. Nesta etapa, tiveram momentos de observação e de regência, finalizando com a aplicação de um projeto pedagógico. As estagiárias tiveram mais próximas das crianças, ressaltando aqui o momento de aproximação da estudante Moliny ao consultar a creche sobre a possibilidade do estágio: Eu visitei a escola, foi muito bom ser acolhida por todo mundo do estágio. Me receberam muito bem, eu gostei até demais, eu conheci o povo da gestão e me aceitaram para trabalhar lá. Eu fiquei

feliz por ter conhecido, foi ótimo. E me perguntaram qual nível eu queria trabalhar, foi tipo uma entrevista e eu respondi a pergunta, que era nível 3. Eu fiquei na turma mista, junto com Maísa e Mônica, na mesma sala, mas deu certo juntas trabalhar em equipe.

Percebemos o comprometimento e envolvimento de Moliny em todas as etapas, contudo o estágio trouxe de forma muito evidente a amorosidade e realização pessoal da estudante em estar na concretização desta etapa de formação. Além disso, neste momento o estágio em equipe auxilia a estudante com Síndrome de Down, mas sem limitá-la em sua atuação. Este último merece destaque, porque dependerá do sujeito que estiver ao lado da PcD, pois é preciso reconhecer o momento de atuação de cada um, com ou sem deficiência.

Ainda no estágio da educação infantil, Moliny mostra a sua percepção de que o docente precisa reconhecer os seus alunos para a partir disso, elaborar suas aulas: A minha psicopedagogia é trabalhada nesse desenvolvimento deles nas aulas e na participação de todo esse processo que eles estão no nível de aprendizagem. Isso prova pela interação deles nas aulas e o querer deles que apresentam cognitividade em tudo que eles aprimoram o seu conhecimento dentro do conteúdo. Assim conheço como é o desenvolvimento deles, para depois, eu fazer algumas atividades que ajudam no desenvolvimento. E isso é dentro do planejamento.

O momento apresentado na Figura 02, a seguir, mostra o dia em que Moliny desenvolveu seu projeto de estágio com a criação e aplicação de um jogo da memória com alimentos saudáveis. No seu diário de formação, a mesma relatou da seguinte forma: Hoje eu apliquei as atividades que eu planejei para fazer na sala de aula com as crianças. Elas gostaram das brincadeiras, tiveram jogo da memória que ajuda a aprimorar a concentração da criança. Tiveram dois momentos que foi para dizer se era saudável ou não saudável e em seguida o jogo da memória. Eles não sabiam como seguir as regras do jogo da memória. Mas eu emprestei para a professora mostrar de novo o que eu apresentei, porque tiveram dificuldades. Ela explicou de novo para eles, porque eles têm a capacidade de aprender, cada um tem sua forma e seu ritmo.

Figura 02. Desenvolvimento do projeto de estágio: jogo da memória sobre alimentação saudável.



Notamos em cada relato de Moliny um pouco de sua identidade, do seu empoderamento, pois reconhece que cada criança tem sua forma de aprendizagem. Esta fala é consequência de uma educação familiar inclusiva, pois sua mãe sempre destacou que era possível aprender, mas do jeito que Moliny aprendesse estava ótimo, e isso repetido ao longo de toda a sua vida da seguinte forma: “Moliny, do jeito que você conseguir, mamãe fica feliz. Tá bom?”

Ainda no estágio da educação infantil, Moliny traz o seguinte relato em um dos dias de estágio: Culturalmente cada um tem sua forma de aprender futuramente, eles fazem com a capacidade deles de aprenderem. Tem que ser divertido, infantilizando as crianças, porque cada um tem uma forma de aprendizado diferente.

Mostrando assim, o seu reconhecimento pela inclusão. E chegamos ao atual estágio, o estágio supervisionado no ensino fundamental, sendo desenvolvido com as mesmas estudantes do estágio anterior, em uma turma de 1º ano. A autonomia da Moliny pode ser notado, nos momentos de decisão para o desenvolvimento dos projetos, pois a mesma manteve-se focada na decisão pelo projeto que iria desenvolver, apesar de tentativas de mudanças do tema, ela decidiu e protagonizou sua decisão enquanto estagiária.

A estudante em questão traz em seus relatos do estágio no ensino fundamental: As crianças estão aprendendo os sons da palavra, a linguagem, e o que eles estão para realizarem e desenvolverem na hora das atividades. Nós (Moliny, Maísa

e Mônica) ajudamos na sala de aula por exemplo, os alunos pegavam a letra do alfabeto e colocavam, no quadrado completando todas as palavras, eles produzindo toda sua escrita. Isso faz parte do aprendizado da criança, mas tinham dificuldades nos sons da palavra, como **olface**. Eu disse para eles **al** e eles repetiam, tudo que eu falava, depois eu disse fa, aí eles repetiam de novo o que eu falei, e ce e completou a palavra todinha e repetindo alface. E dos acontecimentos, comecei a elogiar, dar parabéns.

Os relatos trazem em si as compreensões de Moliny sobre ser docente, sobre entender a criança na escola e reforça os conhecimentos aprendidos na universidade, assim como os demais estagiários.

E por fim o relato do projeto desenvolvido neste estágio: Hoje é o quarto dia do projeto, teve contação de história e juntando com uma atividade, isso foi a aula da Maísa. Depois foi minha vez de dar uma aula, coloquei no chão a cartolina e pedi para colarem imagens de coisas que eles gostavam de fazer, separei as imagens cortadas, e todo mundo escolheu só uma figura para colar. Passaram a cola e colaram. Em seguida, peguei a folha sem pauta para cada um fazer o desenho do que eles gostavam de brincar. Quando terminaram a atividade, entregaram as devolutivas, conheci nomes de cada aluno na participação e a imaginação deles a partir do que eles desenvolveram na aula da Tia Moliny.

Figura 03. Aplicação da atividade livre para os alunos expressarem suas emoções.



Esta atividade construída por Moliny tinha como objetivo reconhecer as emoções de seus alunos. Ao final recebeu cartinhas dos alunos, recebeu desenhos tristes e amorosos, o que mostra que certamente a atividade foi acolhida com a mesma amorosidade que foi proposta. A construção desta autonomia e da identidade como futura professora vai sendo notada nos pequenos detalhes e reflexões

acerca da prática docente, trazendo uma característica marcante de entender que a PcD tem capacidade de aprender como as demais crianças, citando isso com frequência em seus relatórios.

As idas aos estágios supervisionados também contam com a presença de mediadoras do núcleo de acessibilidade da universidade, estas não entram na sala de aula, mas ficam no apoio no ambiente escolar, garantindo a permanência da estudante nestes espaços de formação fora da universidade. O núcleo de acessibilidade das universidades deve ter como objetivo propor ações que eliminem as barreiras atitudinais, pedagógicas, de comunicação e arquitetônicas, garantindo que os estudantes possam concluir os cursos com pleno sucesso (MARTINS; SILVA, 2016). Em uma pesquisa que traz as narrativas de uma estudante universitária com Síndrome de Down, pudemos ver mais uma vez a realidade que hoje é vivenciada por Moliny na FECLI, acontecendo em outros espaços. Neste estudo de Botelho (2019) trata-se dentre as temáticas, da importância da contratação de uma mediadora que acompanhasse a universitária em aulas a fim de assumir a responsabilidade de um ambiente inclusivo através de atitudes como esta que promovem a convivência com a diversidade, porém, destacamos que o papel desta profissional ainda depende da sensibilidade e experiência em outras situações próximas (BOTELHO, 2019).

Os estágios supervisionados são continuidade de atividades que a princípio aconteceram na universidade, e que exigem a inclusão nos dois espaços: escola e universidade. Promovendo conseqüentemente a reflexão sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar da PcD.

Sobre o estágio supervisionado, é nesta etapa oportuna que identificamos e sanamos possíveis lacunas decorrentes de uma formação acadêmica inicial. Esta lacuna não se refere de forma limitada às Pessoas com Deficiência, mas sim a qualquer profissional em formação. Pois somente no espaço de atuação profissional que iremos perceber as potencialidades do futuro professor e suas características quanto à identidade docente.

O estágio supervisionado, bem como demais momentos e espaços formativos, possibilitam que o acesso e permanência da PcD possa ser exercitado no cotidiano, vivenciando barreiras e construindo pontes para traçarmos um novo percurso. Além disso, destacamos a necessidade do constante diálogo escola e universidade para que a formação do docente aconteça a partir da dialogicidade dos dois espaços, não sendo diferente para o estudante com deficiência. Todo este relato traz atitudes de resistência, aprendizagens, desafios e possibilidades em meio

á uma sociedade ainda limitada para compreender as necessidades específicas de alguns sujeitos. A resistência consiste em alcançar a mudança de paradigmas sobre as potencialidades da Pessoa com Deficiência na perspectiva da efetiva inclusão educacional e social. A necessidade de escrevermos, refletirmos e reforçarmos o direito da presença da Pessoa com Deficiência em todos os espaços que lhe forem desejados, somente mostra o quanto nossa sociedade ainda vive uma cultura arcaica e limitada em empatia, conhecimentos científicos e práticos sobre as competências e habilidades possíveis de serem desenvolvidas e observadas em todo e qualquer sujeito social.

É fundamental termos um olhar humanizado que leve a reflexão da necessidade do indivíduo e no seu processo educacional (BOTELHO, 2019). E ao tratarmos sobre inclusão na vida da estudante em questão, focamos nas potencialidades, superações, contudo, existiram e sempre existirão barreiras, mas nosso relato visa trazer as possibilidades para aperfeiçoarmos a prática da resistência, resiliência e especialmente para exercitarmos o verbo esperar.

É preciso também reconhecer que encontramos muitos sujeitos sociais comprometidos com a efetiva inclusão educacional e social. Trazer este relato certamente movimentará reflexões-ações sobre a prática da educação inclusiva na vida dos sujeitos alvos desta proposta. E é isso que desejamos, que outras PcD possam ver os caminhos que podem ser percorridos e contruídos para todos.

Assim, a presença da Pessoa com Deficiência, Síndrome de Down, nos espaços educativos do estágio supervisionado oportunizou o (re)conhecimento da sua capacidade de contribuir nestes espaços e nos processos educativos. Além disso, houve o avanço das estudantes no que se refere a autonomia, empoderamento, protagonismo e sentimento de pertença ao mercado de trabalho, percebendo-se por exemplo, capazes de elaborar e conduzir atividades de cunho pedagógico. E por fim, a reflexão sobre a formação docente é importante acontecer no caminho de todo futuro professor, porém, a Pessoa com Deficiência precisa partilhar cada vez mais, afinal a sociedade ainda apresenta moldes capacitistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, possibilitou conhecer um pouco mais sobre a realidade da inclusão da PcD no ensino superior, sobretudo na perspectiva da formação de professores e o estágio supervisionado deste público em questão. Além disso, destacamos que

o acesso e permanência no ensino superior ainda é uma realidade restrita a alguns sujeitos sociais, realidade que vem sendo questionada e modificada.

A inclusão da Pessoa com Deficiência não segue um rótulo ou receita, mas segue a consequência da diversidade humana, partindo do princípio do respeito e reconhecimento do valor social de todo ser humano. A presença de uma estudante com Síndrome de Down na universidade, aqui em destaque na FECLI, certamente impulsiona diversas discussões e reflexões sobre o caminho até aqui percorrido e o que iremos percorrer enquanto cursos de formação de professores e sobretudo, enquanto instituições de ensino. Não se trata apenas de Moliny, sendo assim nomeada, é sobre todo e qualquer PcD na universidade e em qualquer lugar que decida estar.

Por fim, esperamos a partir deste relato reconhecermos e pormos fim a situações excludentes no que se refere à PcD e ao seu direito de estar no ensino superior e conseqüentemente nos espaços decorrentes de uma formação acadêmica e qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUN, R. P. **Reprovar estudante que ainda não lê pode ajudá-lo na alfabetização?** Portal Diversa. 2017 <https://diversa.org.br/forum/reprovar-estudante-que-ainda-nao-le-pode-ajuda-lo-na-alfabetizacao/><https://diversa.org.br/forum/reprovar-estudante-que-ainda-nao-le-pode-ajuda-lo-na-alfabetizacao/>

BOTELHO, D. H. O. **Desafios da inclusão no ensino superior: narrativas de uma universitária com Síndrome de Down.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação/ Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2019. Disponível em:< <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/5277?mode=full>> Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação. 2008. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: out. 2023.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, p. 2.

_____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 24 de abril de 2016.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2008). Secretaria de Educação Especial.

CIRÍACO, F. L. Inclusão: um direito de todos. *Revista Educação Pública*, 20 (29), 1-6. 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>> Acesso em: out. 2023.

FLORES, F. F.; SILVA, C. S.; SANTOS, L. A. DOS; SOUZA, L. H. R. A EDUCAÇÃO FÍSICA DO CAPS: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO EM GUANAMBI - BA. **Cenas Educacionais**, 2(1), 169-185. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaweducacionais/article/view/6308>> Acesso em: set. 2023.

MADRUGA, R. S. O atendimento Educacional Especializado na Educação Superior. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4455>> Acesso em: set. 2023.

MARTINS, L. M. S. M.; SILVA, L. G. S. Trajetória acadêmica de uma estudante com deficiência visual no ensino superior. **Revista Educação em Questão**, 54(41),

251-274. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10165>> Acesso em: ago 2023.

PASIAN, M. S., MENDES, E. G., & CIA, F.. Aspectos da organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado: um estudo em larga escala. **Educação em revista**, 33, 1-18. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/edur/a/S3bw9vdchLpkJ8yTN6V5HcB/abstract/?lang=pt>> Acesso em: out 2023.